



A CONCEPÇÃO DE QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E O SERVIÇO SOCIAL

THE CONCEPT OF SOCIOENVIRONMENTAL
ISSUE AND THE SOCIAL WORK

Letícia Soares Nunes¹
Amanda Gomes de Medeiros Silva²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo problematizar a concepção de questão socioambiental de assistentes sociais que atuam diante dessa temática emergente, com base num recorte da pesquisa documental e empírica realizada em 2012, em que foram entrevistados seis assistentes sociais da região da Grande Florianópolis/SC. Afirma-se a importância de se compreender a concepção de questão socioambiental dos assistentes sociais, pois, a depender da concepção, sua prática pode tender a uma ação conservadora ou transformadora. Ou seja, postula-se a necessidade de articulação entre teoria e prática, em que aqueles que desenvolvem as ações no âmbito da questão socioambiental, a partir do conhecimento crítico e da compreensão da realidade concreta, precisam construir alternativas viáveis e compatíveis com a opção teórica adotada, refletindo acerca de sua prática e do que a fundamenta.

Palavras-chave: Serviço Social. Exercício profissional. Questão socioambiental. Teoria e prática.

1 Assistente Social, Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Assistente Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF). E-mail: leticia_snunes@hotmail.com.

2 Assistente Social formada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Servidora na Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), vinculada ao Conselho Tutelar da Região Insular. E-mail: amanda.gomesms@gmail.com.

ABSTRACT

This article aims to discuss the concept of socioenvironmental issue of social workers who act in the light of this emerging thematic, based on an extract of documentary and empirical research performed in 2012 in which six social workers of Florianópolis/SC region were interviewed. It is affirmed the importance of understanding the concept of socioenvironmental issue of social workers, because depending on the conception, its practice may tend to conservative or transformative action. In other words, it is postulated the need for integration between theory and practice, in which those who develop the actions in the framework of socioenvironmental issue, from the critical knowledge and understanding of concrete reality, need to build viable and consistent alternatives with the theoretical option adopted, reflecting on their practice and what bases it.

Keywords: Social Work. Professional exercise. Socioenvironmental issue. Theory and practice.

Submetido em 05/08/2013

Aceito em 04/01/2014

INTRODUÇÃO

O presente artigo reflete um conjunto de inquietações em torno dos rumos da sociedade capitalista que vem cada vez mais acirrando o esgotamento dos recursos naturais e as desigualdades sociais, demandando, com isso, que as diversas categorias profissionais debatam e intervenham sobre o agravamento da questão socioambiental³. Assim, destaca-se que o assistente social é uma das categorias que vêm sendo cada vez mais estimuladas a oferecer respostas à questão socioambiental. Ou seja, a importância do debate acerca dessa área emergente é fundamental, visto que novas possibilidades de trabalho se apresentam e necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas, desse modo, “[...] se os assistentes sociais não o fizerem, outros farão, absorvendo progressivamente espaços ocupacionais até então a eles reservados” (IAMAMOTO, 2007, p. 48).

³ A expressão “sócio”, unida à palavra “ambiental” e formando a palavra “socioambiental”, justifica-se pela necessidade de evidenciar uma opção política, reforçando a compreensão de que não se pode separar dessa discussão o componente social do ambiental.

Com esse entendimento, sendo alvo recente de debate e intervenção no âmbito do Serviço Social, as autoras, no segundo semestre de 2012, realizaram, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), uma pesquisa cujo objetivo era contribuir para a análise das possibilidades da atuação do assistente social no que concerne à questão socioambiental, identificando quais são as “novas” funções e competências incorporadas por esse profissional nesse campo emergente.

As entrevistadas foram direcionadas quanto aos seguintes aspectos: concepção de questão socioambiental; ações desenvolvidas como assistente social que estivessem relacionadas à questão socioambiental; como tais profissionais se aproximaram da discussão da temática; questões referentes à atuação interdisciplinar; supervisão de estágio e questões relativas à formação profissional.

Diante disso, o artigo ora apresentado é resultado parcial da referida pesquisa e tem por objetivo problematizar a *concepção de questão socioambiental* de seis assistentes sociais⁴ que atuam diante da questão socioambiental na região da Grande Florianópolis/SC. Do total de profissionais participantes, três atuam em instituições públicas, duas em instituições com sociedade de economia mista e uma em Organização Não Governamental. As entrevistadas serão identificadas com a sigla “E”, seguida dos números de 1 a 6, com o intuito de preservar sua identidade.

4 Para selecionar a amostra, buscou-se o setor de estágio do curso de Serviço Social de uma Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina, onde foi fornecida uma listagem de supervisores de campo do ano de 2012 com seus campos de atuação. De uma listagem de 60 supervisores (alguns campos se repetiam), foi realizada uma seleção de 13, em que se avaliou que, possivelmente, havia uma atuação relacionada à referida área, contudo, destes, apenas 07 manifestaram atuar com a questão socioambiental e 06 disponibilizaram-se para a entrevista. Todos os profissionais são do sexo feminino. Sobre o tempo de formação das 06 profissionais, 02 se formaram há mais de 21 anos; 03 entre 11 e 20 anos; e apenas uma concluiu entre 01 e 10 anos. Somente uma possui mestrado em educação e as demais possuem especializações em áreas como gestão de pessoas, gestão pública, habitação, dentre outras. Com relação à atuação, 05 trabalham com a questão socioambiental de 01 a 05 anos e apenas uma há mais de 05 anos, sendo que atuaram com outras temáticas, tendo predominância a área da Assistência Social.

Para alcançar o objetivo proposto, inicialmente apresenta-se a discussão acerca das causas e formas de enfrentamento da questão socioambiental, que vem sendo alvo de distintas interpretações. Posteriormente, demonstram-se as diferentes concepções acerca da questão socioambiental presentes nos discursos das profissionais de Serviço Social que atuam no âmbito dessa temática na região da Grande Florianópolis/SC. Finaliza-se com algumas considerações e referências que auxiliam na compreender da temática.

A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL: CAUSAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO

O debate acerca da questão socioambiental, principalmente a partir da década de 1970, tornou-se foco de atenção, ganhando relevância e espaço na agenda dos governos, da sociedade, das empresas e da mídia. Reportagens sobre mudanças climáticas, aquecimento global, geração do efeito estufa, redução da camada de ozônio, desflorestamento, redução da biodiversidade, consumo excessivo de recursos não renováveis, enfim, notícias de toda ordem, são anunciadas diariamente, evidenciando a irracionalidade do modelo capitalista que vem, cada vez mais, conduzindo o planeta a um desastre de proporções incalculáveis.

Embora não seja negada a existência da questão socioambiental, verificam-se divergências quanto a suas causas e formas de enfrentamento (NUNES, 2013). Identifica-se um conjunto de interpretações que justificam a crise socioambiental, ora relacionando-a ao aumento populacional, ora ao modelo de industrialização associado ao consumo exacerbado e à extração dos recursos naturais, ora ao efeito da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucro em curto prazo.

Silva (2012a, p. 15) complementa, indicando:

As tendências hegemônicas apontam como principais determinações da degradação ambiental: a) o aumento populacional, especialmente nos países periféricos, o que implica maior pressão sobre os recursos naturais; b) o modelo de industrialização impulsionado, sobretudo, a partir do século XVIII, baseado na utilização de tecnologias poluidoras e de

alto consumo de energia; c) um padrão de consumo mais intenso e, portanto, cada vez mais predatório; e, d) um modo de vida caucionado em uma visão de mundo antropocêntrico, de forma que desenvolvimento econômico, científico e tecnológico subordinam as demais espécies vivas e promove a destruição em escala planetária.

No que diz respeito à discussão sobre o aumento populacional, Silva (2010) destaca o Relatório “Limites do crescimento”, publicado em 1972 como um ponto central desse embate entre as interpretações que sinalizam as causas da crise socioambiental. O referido Relatório apontava a impossibilidade de um crescimento ilimitado num sistema que depende da existência de recursos naturais finitos. Assim, Silva (2010) considera esse documento conservador e com inspiração neomalthusiana, sendo uma tentativa de enfrentar os problemas socioeconômicos, restringindo-os, porém, à questão da natalidade. Ou seja, ancorando-se no darwinismo social, foi concluído nesse Relatório que o crescimento populacional é o responsável pela ocorrência da miséria e pela depredação ambiental do planeta.

Com relação ao modelo de industrialização e ao consumo e extração dos recursos naturais, autores destacam que a Revolução Industrial, no século XVIII, gerou profundas alterações no ambiente natural devido ao crescimento econômico que promoveu. Durante o processo de crescimento econômico, os homens passaram a consumir mais, utilizar grandes quantidades de energia e de recursos naturais, configurando um quadro de degradação contínua do meio ambiente. A industrialização trouxe ainda alta concentração populacional, devido a urbanização acelerada, contaminação do ar, do solo, das águas, desflorestamento, doenças, dentre outros. Os novos mecanismos e formas de produção, acrescidos pela intensiva exploração dos recursos naturais trazidos pela Revolução Industrial, mantiveram-se sem contestação durante todo o século XIX e grande parte do século XX.

Leff (1994) corrobora o exposto de que nos últimos dez anos do século XX manifesta-se uma crise da civilização ocidental,

capitalista e econômica, que tem sido explicada por diversas perspectivas ideológicas. Contudo, sinaliza que a gênese da crise

[...] está dada en un proceso histórico dominado por la expansión del modo de producción capitalista, por los patrones tecnológicos que genera una racionalidad económica, a la cual guía el propósito de maximizar las ganancias y los excedentes económicos en el corto plazo, en un orden económico mundial marcado por la desigualdad entre naciones y clases sociales (LEFF, 1994, p. 72).

Concorda-se com Silva (2012a) quando esta afirma que o conjunto das vertentes interpretativas, com exceção da exposta por Leff (1994) anteriormente, exhibe um traço comum: “a ausência de questionamentos à racionalidade fundada pelo capital e o processo civilizatório por este desencadeado, os quais subordinam aos ditames do mercado o conjunto das forças produtivas da humanidade” (SILVA, 2012a, p. 6).

Assim, a depender da compreensão acerca da causa da crise socioambiental, elencam-se diferentes estratégias para enfrentá-la. Para esclarecer tal afirmativa, destaca-se que os organismos multilaterais vêm apresentando algumas estratégias de enfrentamento cujo foco consiste na possibilidade de o “desenvolvimento” ou “novo desenvolvimentismo” garantir uma sociedade ecologicamente equilibrada e socialmente viável. Atrelada a essa concepção, propaga-se, também, a necessidade de uma transformação individual dos sujeitos, uma adesão a “hábitos ambientalmente corretos” (NUNES, 2012, 2013).

Nessa perspectiva, o apelo preservacionista ganha força e em torno dele se mobilizam o Estado e a sociedade civil para levantar alternativas em relação à degradação socioambiental. Está implícita a ideia de que a solução dos problemas socioambientais dependeria, basicamente, da transformação individual dos sujeitos, ou seja, a transformação da sociedade seria alcançada no momento em que “cada um fizesse a sua parte”. Quintas (2004) enfatiza que os indivíduos tenderiam a consumir produtos ecologicamente corretos, com a ideia de que estariam contribuindo para minimizar a degradação e que, com isso, estimulariam

as empresas a adotarem práticas sustentáveis em seus processos produtivos.

Nesse ínterim, empresas de diversos setores passaram, a partir da chamada “responsabilidade ambiental”, a explorar o *marketing* dos seus produtos, aderindo a um *slogan* ecológico, aos “selos verdes”, a fim de ampliar sua lucratividade por meio da imagem. Cria-se a falácia de um “capitalismo verde”, “capitalismo humanizado” (naturalizando-o como único sistema econômico possível), em que, centrando-se numa ótica individualista, passa-se a compreender a crise socioambiental como fruto de um desconhecimento dos princípios ecológicos, o qual gera “maus comportamentos”.

Conforme Nunes (2012), um conjunto de conferências, protocolos, reuniões foi realizado principalmente a partir da década de 1970, com o intuito de inserir a temática ambiental no centro das políticas públicas enquanto mecanismo de reparação e de preservação do meio ambiente. Nesse conjunto de eventos, identificam-se, por um lado, a preocupação em torno da temática e, por outro lado, a impossibilidade de se compatibilizar justiça ambiental e social na ordem capitalista que almeja o lucro. A referida autora afirma que, de modo geral, os documentos resultantes desses eventos ressaltam os discursos de participação e democracia, evidenciando que para superar os problemas da crise socioambiental e do desenvolvimento é necessária uma ação conjunta de toda a humanidade e uma cooperação entre os países. Porém, mostra-se relevante enfatizar que o sistema capitalista é estruturado por meio de um sistema mundial de dominação e dependência, estando hierarquicamente dividido entre países considerados “desenvolvidos” e “em desenvolvimento” que ocupam posições diferentes na divisão internacional do trabalho.

Diante disso, há outra perspectiva que defende que o enfrentamento da crise socioambiental implica, necessariamente, a superação do modo de produção capitalista. Conforme sinaliza Löwy (2009), faz-se necessário elevar a consciência anticapitalista, fazendo entender que o capitalismo é um sistema que gera a destruição ambiental e social e que existem alternativas a ele. Nessa direção, Loureiro (2006, p. 11) afirma que a “solução” não

se restringe à descoberta de tecnologias limpas, nem às mudanças comportamentais, mas é preciso uma “[...] reorganização da base civilizacional e da estrutura política, econômica social e cultural vigente nas sociedades instituídas no período posterior à Revolução Industrial e no marco da modernidade capitalista”.

Marx acreditava que apenas um sistema comunista e socialista poderia proporcionar o desenvolvimento econômico capaz de satisfazer às necessidades básicas do ser humano. Portanto, deve-se buscar a construção de outra forma de sociedade onde não ocorra a produção de supérfluos e excedentes, os quais visam unicamente ao lucro, o que alteraria positivamente a relação entre homem e natureza (FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012).

Com base no exposto, destaca-se que o Serviço Social vem contribuindo para as discussões e intervenções no âmbito da questão socioambiental e concorda-se com Silva (2012a) quando esta afirma ser premente desenvolver esforços no sentido de apreender a temática como totalidade historicamente determinada. Ou seja, é extremamente pertinente aprofundar a relação entre questão socioambiental e Serviço Social.

A CONCEPÇÃO DE QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Os assistentes sociais, conforme Yamamoto (2009, p. 367), historicamente

[...] dedicaram-se à implementação de políticas públicas, localizando-se na linha de frente das relações entre população e instituição [...]. Embora esse seja ainda o perfil predominante, não é mais o exclusivo, sendo abertas outras possibilidades. [...] Os assistentes sociais estão sendo chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais. Ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas ao controle social, à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos e projetos sociais, ao acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos.

O Serviço Social amplia seu campo de atuação e renova-se no âmbito da sua interpretação teórico-metodológica e política, buscando romper com as práticas voluntaristas, tecnicistas e imediatas que indicam um lastro conservador da sua gênese. Dentre as diversas áreas de atuação, faz-se menção neste artigo à questão socioambiental, visto que o assistente social, em conjunto com outras categoriais profissionais, vem sendo convocado a registrar suas contribuições no plano teórico e na intervenção cotidiana.

Com base nesses breves apontamentos, parte-se para analisar a compreensão das entrevistadas sobre a questão socioambiental. Destaca-se a importância de o profissional compreender o que vem a ser a questão socioambiental para manter uma coerência teórica e prática nas suas ações, visto que “a teoria possibilita explicar, interpretar, examinar o objeto. [...] a função da teoria – em relação aos instrumentos e técnicas – em uma prática profissional consiste em oferecer ao profissional o *significado social* de sua ação” (SANTOS, 2013, p. 93).

Ou seja, é preciso que se entenda que na literatura há compreensões que mencionam a possibilidade de minimizar os impactos negativos da questão socioambiental – recorrendo a tecnologias limpas, economia verde, créditos de carbono, indústria de reciclagem, entre outras alternativas – apenas pelo fato de estes se constituírem num limite para a sua autorreprodução, pois impedem a apropriação dos bens sociais e naturais e a sua mercantilização, bem como compreensões que evidenciam a importância da superação do atual modelo de produção para se existir equilíbrio ambiental, econômico, social, conforme exposto na primeira seção deste artigo. Compreender tais aspectos faz com que o assistente social analise criticamente as estratégias engendradas pelo capital para atenuar os efeitos da produção destrutiva, possibilitando, dessa forma, apreender a questão socioambiental como particularidade social e historicamente determinada bem como superar a aparência dos fenômenos.

As entrevistadas “E2” e “E4” não mencionaram a concepção de questão socioambiental, mas ressaltaram a importância de o profissional atuar nessa área, sendo que a primeira disse que a

temática é nova para o Serviço Social e que este se encontra num processo de compreender suas atribuições. Já a segunda pontuou que o profissional deve realizar pesquisas e orientar os usuários para que realizem ações “sem prejudicar o meio ambiente” (E4).

A entrevistada “E5” expôs sua compreensão acerca da temática, destacando:

Atuei num projeto onde era feita uma capacitação da comunidade e tinha a pergunta: “O que é o meio ambiente?”. Temos o meio ambiente construído, o meio ambiente externo, mas nós também somos o meio ambiente. O ser humano também faz parte da natureza [...]. Eu estava lendo sobre o aquecimento global e dizia que em 2060 o Planeta estará com 4 graus a mais, e isso vai afetar a vida no Planeta se não tomarmos atitudes drásticas agora. [...] O Planeta está ficando insustentável, como o ser humano, as plantas, os animais vão sobreviver? Esses dias nos aviários do Estado, faltou luz e, por causa do calor, morreu uma quantidade enorme de frangos. E isso vai atingir a população em suas casas, no aumento do valor da alimentação. Isso tem que ser trabalhado, e se não tem profissional sendo preparado para isso, como é que o assistente social vai trabalhar na comunidade? Vai trabalhar a falta de comida, e o porquê que está faltando comida? É por que a pessoa não tem dinheiro para comprar ou existe alguma relação com a questão ambiental, com o sistema que se vive? (E5)

Com base na fala da entrevistada, elencam-se dois aspectos a serem analisados: o primeiro diz respeito à relação homem e natureza e o segundo, à insustentabilidade do capitalismo, que vem colocando em risco a manutenção do planeta. No segundo aspecto, a “E5” problematiza, ainda, a atuação do assistente social, indicando a necessidade de uma intervenção qualificada que possa desvelar as determinações intrínsecas à realidade.

Sobre o primeiro aspecto, as entrevistadas “E6” e “E1” também trouxeram questões que, ainda que pontualmente, auxiliam a compreender a relação homem e natureza. A primeira expôs que a questão socioambiental se refere “[...] à questão eminentemente social que surge da forma como a sociedade se relaciona

com a natureza. [...] O homem é e sempre se relacionou com a natureza” (E6). Já a segunda mencionou que

[...] o homem vai sempre interferir no meio ambiente [...] através do trabalho ele interfere, para sobreviver temos que interferir, e como vamos interferir? Com que força, com que vontade? A relação homem e natureza está ficando cada vez mais distante. [...] Estamos nos isolando e nisso o homem fica distante da natureza, não se reconhece como natureza e destrói o que tem, o meio ambiente, tudo. Mas é preciso uma mudança porque já se compreendeu que o capital é uma cilada (E1).

Agrupando as falas das entrevistadas “E1”, “E5” e “E6”, destaca-se que elas mencionaram a interdependência do ser humano com a natureza, algo já exposto por Marx (2010, p. 84), quando afirmou que dizer que “a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza”. Com esse entendimento, faz-se necessário, ainda, compreender a concepção ontológica da realidade, desvendando aquilo que diferencia o homem dos animais: o *trabalho*.

No fragmento exposto neste artigo, a “E1” mencionou que é por meio do trabalho que o homem interfere, transforma a natureza, contudo expôs que essa transformação se justifica na medida em que o homem precisa sobreviver. Na sequência, sinalizou que o homem não se reconhece mais como parte da natureza, chamando a atenção para o fato de que a transformação da natureza pelo homem vem sendo realizada na sociedade capitalista de uma forma destrutiva.

Tal questão remete-nos à discussão de que a organização da vida produtiva dos homens passou por diferentes estágios (comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, mercantilismo e capitalismo, que vigora até o presente momento) que foram marcados por distintos modos de relação entre os homens e a natureza. Em formas de organização econômico-social pré-capitalista, na passagem do estado de animal ao de ser social, o homem buscava transformar a natureza, por meio do trabalho,

para satisfazer suas necessidades de sobrevivência, existindo, portanto, uma união relativa e variável entre o trabalhador e sua natureza externa. Porém, no modo de produção capitalista, rompem-se os laços entre o trabalhador e seus meios de vida – o que gera quebras de equilíbrio metabólico –, visto que a satisfação dessas necessidades não é o fim último, mas sim o meio para obter mais lucros e acumular capital.

Foster (2005) retoma o conceito marxiano de metabolismo homem-natureza e salienta que, mediado pelo trabalho, o homem transforma a natureza e, nesse movimento, também se transforma. Porém, ao mesmo tempo que se diferencia da natureza pelo trabalho, este, em vez de realizá-lo, o escraviza, ou seja, o trabalhador tornou-se alienado frente ao trabalho e em relação à natureza, como apresenta Marx (2010, p. 90, grifo do autor) ao enfatizar que em relação ao trabalhador, que se apropria da natureza por intermédio de seu trabalho, a apropriação aparece “[...] como estranhamento, a autoatividade como atividade para um outro e como atividade de um outro, a vitalidade como sacrifício da vida, a produção do objeto como perda do objeto para um poder estranho, para um homem *estranho*”.

Feitas essas ressalvas, retoma-se o segundo aspecto a ser analisado na fala da “E5” acerca da insustentabilidade do capitalismo, algo também exposto pela “E1”. Silva (2010) afirma que, diferentemente de momentos pretéritos em que os efeitos destrutivos da produção industrial sobre a natureza eram localizados, no período atual pesquisas demonstram que a natureza apresenta sinais de esgotamento de suas potencialidades.

Entretanto, embora a “E5” faça uma ressalva de que essa insustentabilidade pode colocar em risco a sobrevivência do ser humano, há divergências sobre tal aspecto. Nesse sentido, Burkett (1999), Foster e Clark (2006) e Mészáros (2007) entendem que o capitalismo gera um conjunto de contradições ecológicas que, em escala planetária, colocam em perigo a biosfera em sua totalidade, ou seja, apreendem que a “crise ecológica” poderia levar a uma crise do sistema capitalista, sendo que as “[...] ameaças à sobrevivência humana são uma questão de *imediatez*. Podemos hoje destruir facilmente a humanidade, pois os

meios e armas para a sua destruição total já estão à nossa disposição” (MÉSZÁROS, 2007, p. 75). Já Chesnais e Serfati (2003) rejeitam a ideia de que, pelo viés da destruição ou de danos graves ao ambiente natural, o capitalismo estaria em perigo e até destruiria suas condições de reprodução e funcionamento enquanto capitalismo.

No momento presente, se olharmos para o mundo como um todo, perceberemos que o capital detém o comando em todos os lugares. Mas, será que ele é capaz de resolver os graves problemas constantemente criados pelo funcionamento de seu modo de reprodução sociometabólica? Ao contrário, dadas as suas contradições antagônicas insuperáveis, o capital é incapaz de atacar esses problemas. Em lugar disso, continua a engendrará-los em uma escala crescente (MÉSZÁROS, 2007, p. 76).

Diante da problematização de Mézszáros (2007), destaca-se que a “E1” mencionou, ao explicitar sua compreensão acerca da questão socioambiental, que “pensar o social em harmonia com o ambiente, isso é desenvolvimento socioambiental [...]”, complementando:

[...] dentro da instituição nós trabalhamos com uma diretriz para Desenvolvimento Solidário Sustentável, onde são pensadas ações que envolvam a questão política, ambiental, econômica, cultural, do local que será desenvolvido o projeto. Nisso se trabalha com o acompanhamento aos grupos de Geração de Trabalho e Renda; [...] grupos para buscar a economia solidária diferente do modelo que se tem hoje, por exemplo, vamos fazer uma capacitação em uma região que muitas mulheres costuram, muitas vezes isso leva à exploração porque, mesmo trabalhando em casa, elas podem produzir muito e ganhar pouco, para o lucro de uma empresa maior. Então, por que não pensar num grupo de costureiras, onde elas possam se organizar e vender, buscando eliminar essa exploração? (E1).

Com base no exposto pela entrevistada acerca do “desenvolvimento solidário sustentável” ou “desenvolvimento sustentável”, como vem sendo denominado, entende-se que esse

“desenvolvimento” não deve se resumir às estratégias para minimizar as problemáticas socioambientais, mas sim implicar alteração do modelo de sociedade e, conseqüentemente, interferir na relação do homem com a natureza (SILVA, 2012b).

As autoras Mota e Silva (2009) afirmam que as propostas voltadas para a sustentabilidade ambiental produzem na verdade uma insustentabilidade social, diante da impossibilidade de compatibilizar crescimento econômico com desenvolvimento social na dinâmica sociometabólica do capital. Para elas, configurando-se como uma ideologia que nega as contradições da sociedade de classe, o caráter sedutor e encantador das proposições envolvendo uma suposta sustentabilidade ambiental, social e econômica “[...] reside/residiu no apelo à preservação da natureza, ao enfrentamento da desigualdade social e ao comprometimento individual e coletivo da sociedade com o meio ambiente, ignorando as determinações históricas do processo destrutivo” (MOTA; SILVA, 2009, p. 39).

A “E3”, ao expor sua compreensão acerca da questão socioambiental, destacou a importância da preservação da natureza associada a uma conscientização da população.

Por mais que se fale hoje em responsabilidade, meio ambiente, preservação da natureza, se faz muito pouco, a consciência das pessoas ainda é muito pequena em relação a isso. A gente fala muito e faz muito pouco na prática. Eu acho então que é preciso relacionar a questão da preservação e trazê-la para a realidade das pessoas [...] com a mobilização comunitária relacionada à educação socioambiental pra mudar isso, fazendo gincana, passeio no Projeto Tamar, nas cooperativas que trabalham com reciclagem de lixo (E3).

Para alguns autores, a exemplo de Loureiro (2009), essa questão que a entrevistada “E3” ressalta é uma concepção que exprime um viés conservacionista, em que pensar o ambiente significa preservar, conservar o patrimônio natural apenas. Contudo, afirma-se que não se pode depreender determinadas questões de forma isolada, sendo importante, para compreender o que vem a ser a questão socioambiental, discutir a relação do homem nesse contexto e entendê-la para além de seus aspectos

biofísicos – como ficou evidente na fala da entrevistada, que apresentou um apelo mais conservacionista –, mas relacionando seus aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, entendendo o homem como parte integrante da natureza, conforme exposto anteriormente nas falas das entrevistadas “E1”, “E5” e “E6”, bem como na primeira seção deste artigo.

Entende-se a questão socioambiental como um “conjunto de manifestações da destrutividade ambiental, resultantes da apropriação privada da natureza, mediadas pelo trabalho humano” (SILVA, 2010, p. 144). Afirma-se que ao mesmo tempo que o capitalismo assegura a contínua produção e reprodução da “questão ambiental”, bem como da questão social, ele se empenha para minimizar as suas manifestações, administrando suas contradições através de programas compensatórios, embasados em discursos de respeito aos direitos humanos, da “cooperação entre os países” e da defesa do meio ambiente.

Para Silva e Rafael (2010), essa concepção confirma que há centralidade na dimensão ecológica da “questão ambiental”. Sendo assim, a defesa da natureza ocorre de maneira separada em relação ao enfrentamento da questão social, fazendo com que as dimensões econômica, social, cultural, política e ideológica apareçam desunidas de sentido crítico, pelo fato de que não são compreendidas como partes indispensáveis de uma complexa totalidade.

Afirmando a necessária articulação entre teoria e prática e, com isso, buscando exemplificar o quanto a concepção de questão socioambiental interfere na prática profissional, pode-se adotar o exemplo do “lixo”. Conforme Loureiro (2010), se a concepção da questão socioambiental estiver associada a uma visão conservacionista, na qual se levam em consideração apenas os aspectos biofísicos, a prática conduzirá para o deslocamento da esfera individual das formas de apropriação coletiva do bem natural. Ou seja, haverá a discussão a respeito da coleta seletiva, da reciclagem e de questões relativas aos produtos que podem ou não passar por esse processo, com o apelo de que “se cada um fizer a sua parte” a produção do lixo seria reduzida.

Contudo, se a questão socioambiental é compreendida numa totalidade, a partir de uma perspectiva crítica, ao se mencionar a coleta seletiva, discutir-se-á, também, como a mercadoria foi produzida, a lógica da “sociedade descartável”⁵. Conforme expõe Loureiro (2010, p. 2), os detentores dessa concepção não podem “[...] propor a discussão da reciclagem sem discutir por que eu consumo determinadas coisas e por que consumir determinadas coisas me dá *status*, me dá sentido de realização. Estas são questões bem mais profundas”.

Ainda de acordo com o autor:

Quando há esse descolamento [da esfera individual das formas de apropriação coletiva do bem natural], o que acontece é que você apenas tira um peso da sua consciência, porque destinou o lixo para a reciclagem, mas não necessariamente diminui sua produção de lixo. Existem pesquisas que mostram que, ao contrário disso, muitas vezes o consumo não diminui, mas aumenta. Você se sente confortável. Você não se questiona por que está consumindo o refrigerante, por exemplo, qual o impacto da produção desse refrigerante, as relações de trabalho no local de produção, ou por que razão eu tomo refrigerante em vez de suco natural. Quando você descola a esfera individual da esfera da política pública, da esfera de suas relações sociais no mundo, e joga toda a responsabilidade sobre o indivíduo, fica parecendo que é apenas uma questão de escolha pessoal diante do mundo. Nesse caso, a tendência é muito mais reproduzir a lógica da sociedade do que questioná-la (LOUREIRO, 2010, p. 3).

Por fim, considera-se fundamental, conforme exposto por Silva e Rafael (2010), que os assistentes sociais busquem incorporar os avanços legados pela teoria crítica ao debate sobre o meio ambiente, visto que estes têm propiciado a problematização da questão socioambiental em sua radicalidade histórica, assim

⁵ Para compreender essa questão, Mézáros (1989) faz menção à “obsolescência programada das mercadorias” que consiste em projetar produtos com tempo de vida útil limitado, com o objetivo de impulsionar novo ato de consumo como estratégia de valorização do capital.

como favorecido a construção de propostas efetivas de intervenção neste campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade capitalista, diversas são as tentativas de tornar tal sistema “humanizado”, e, com isso, diminuir as críticas de caráter social e ecológico contrárias a esse modo de produção. De acordo com Freitas, Nélsis e Nunes (2012), o atual sistema está gerando um conjunto de contradições ecológicas, em que, no espaço econômico, o capital transforma a escassez de recursos e a poluição industrial em novos campos de acumulação e, no plano político, transfere a força da degradação para as classes subalternas e para os países periféricos.

Superar a alienação dos homens com o meio natural e com o trabalho é um desafio para a sociedade que tem o objetivo de se desenvolver de maneira socialmente sustentável, porém as soluções paliativas para tratar as questões socioambientais compõem-se em estratégias de fortalecimento do próprio capitalismo (FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012).

Enfatiza-se que o desenvolvimento econômico do capitalismo sempre acarretou a degradação ecológica e social – por meio da exploração da mão de obra, do uso indiscriminado dos recursos naturais, tendo o lucro como objetivo principal, poluindo a terra, os rios e o ar para produzir bens e serviços, excluindo uma parte da população dos seus benefícios pela concentração de renda –, no entanto, nas três últimas décadas, as manifestações da relação insustentável com a Terra formaram um conjunto de contradições que acarretou a identificação da chamada “crise socioambiental”.

Existindo diferentes interpretações para mencionar as causas e as formas de enfrentamento da crise, buscou-se, neste artigo, sistematizar as informações obtidas em pesquisa empírica realizada com assistentes sociais que atuam com a questão socioambiental na região da Grande Florianópolis/SC. Na pesquisa, questionou-se acerca da concepção de questão socioambiental das profissionais, concluindo-se que as entrevistadas “E2” e “E4” não conseguiram definir o que entendem acerca da temática,

mas há concepções, a exemplo das profissionais “E1”, “E5” e “E6”, que compreendem a questão socioambiental sob uma perspectiva crítica, vinculando-a ao acirramento das contradições inerentes ao sistema capitalista. Há outra concepção, como a da entrevistada “E3”, que associou a questão socioambiental à preservação ambiental. Embora não se negue a necessidade da preservação, avalia-se não ser possível reduzir a questão socioambiental à dimensão ecológica.

Defende-se a perspectiva de que a crise ambiental está diretamente associada à crise societária, decorrentes da expansão do capitalismo. Nesse modo de produção, a exploração do trabalho humano exercida pela classe dominante é percebida em outras formas de exploração, inclusive com a destruição do meio ambiente. Sendo assim, o capitalismo submete os interesses ecológicos aos interesses do capital, na extração de lucro.

Finaliza-se o presente artigo ressaltando a importância de os assistentes sociais se apropriarem desse campo de trabalho por meio do legado da teoria crítica. No entanto, embora o terreno pareça fértil, num espaço emergente como a temática socioambiental, o assistente social precisa munir-se de recursos, instrumentos e ferramentas que demonstrem a efetividade dessa intervenção vinculada à luta pelo direito ao meio ambiente e ao compromisso com a defesa dos direitos da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BURKETT, P. **Marx and Nature: a red and green perspective**. New York: St. Martin's Press, 1999.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 16, p. 39-75, 2003.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOSTER, J. B.; CLARK, B. Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo. In: PANITCH, L.; LEYS, C. (Org.). **Socialist Register 2004: o novo desafio imperial**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 225-245.

FREITAS, R. C. M.; NÉLSIS, C. M.; NUNES, L. S. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, 2012.

IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, Brasília, p. 341-376, 2009.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEFF, E. **Ecología y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. Madrid: Siglo XXI, 1994.

LOUREIRO, C. F. B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

_____. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Um diálogo entre pedagogia e educação ambiental**. Porto Alegre, [2010]. Disponível em: <<http://www.grupoa.com.br/revista-patio/artigo/6345/eventos.aspx>>. Acesso em: 19 jul. 2013.

LÖWY, M. Depois do capitalismo: entrevista com Michael Löwy. **Portal EcoDebate: Cidadania e Meio Ambiente**, 14 de fev. 2009. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2009/02/14/depois-do-capitalismo-entrevista-com-michael-lowy/>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, I. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOTA, A. E.; SILVA, M. G. questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 37-50, 2009.

NUNES, L. S. **A implementação da política de educação ambiental do município de Florianópolis**: novas demandas ao Serviço Social. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

_____. A questão socioambiental e a atuação do Assistente Social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 196-212, 2013.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004. p. 113-140.

SANTOS, C. M. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SILVA, M. G. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M. G. Questão ambiental e as principais formas de enfrentamento no século XXI. In: ARAÚJO, N. M. S.; SANTOS, J. S.; SILVA, M. G. (Org.). **Educação Ambiental e Serviço Social**: o PEAC e o licenciamento na Gestão Pública do Meio Ambiente. Aracaju: Editora da UFS, 2012a. p. 15-34.

SILVA, A. G. M. **Atuação do Assistente Social no âmbito da questão socioambiental**. 2012b. 113f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012b.

SILVA, M. G.; RAFAEL, P. R. A “questão ambiental” e Serviço Social no Brasil: uma curta história, novos desafios profissionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2010. p. 1-10.